

## Produção pecuária e escravidão (Bagé, c.1820-1870)

Marcelo Santos Matheus<sup>1</sup>

### Introdução

A fronteira sul da América portuguesa – e, depois, do Império do Brasil – teve como característica algo que marcou a história brasileira nos três séculos anteriores: a migração de luso-brasileiros para uma fronteira agrária aberta, assentada na apropriação (de maneira “conflitiva e desigual”<sup>2</sup>, no caso do Rio Grande do Sul – doravante RS) de terras. Na Campanha sul-riograndense não foi diferente. Ao longo de todo o recorte aqui proposto, a pecuária, principal atividade econômica da região, caracterizou-se por uma produção extensiva, com baixo aporte tecnológico, grande apropriação de terras e gado vacum. Do ponto de vista da mão de obra, a pecuária e a pequena agricultura ali praticadas contaram, desde os primórdios da colonização luso-brasileira, com escravos (africanos e crioulos), os quais migraram junto com seus senhores para aquela fronteira. Após a proibição do tráfico de escravos em 1850, a reprodução das escravarias passou a contar apenas com a reprodução natural, que sempre foi substantiva.

Esta produção de gado esteve intimamente ligada à demanda das charqueadas pelotenses, para onde era vendida a maior parte dos animais. As charqueadas, por sua vez, abasteciam o mercado interno com charque (voltado essencialmente aos escravos, mas também às populações pobres litorâneas) e o externo (Europa e EUA) com couros<sup>3</sup>. Portanto, a economia de Bagé estava inserida nos “complexos agropecuários voltados para o abastecimento do mercado interno”, junto às “lavouras de subsistência no Rio de Janeiro e São Paulo e à produção agropecuária em Minas”, formando aquilo que João Fragoso denominou de um “mosaico de formas de produção não-capitalistas”, as quais detinham uma representativa capacidade de acumulação endógena, sendo fundamentais para a reprodução das *plantations* do sudeste e do norte (leia-se, atual nordeste brasileiro)<sup>4</sup>.

Neste sentido, temos por objetivo nesta comunicação analisar a pecuária praticada naquele contexto, entre c.1820-1870, com especial atenção na utilização de escravos na lida com o gado. Para tanto, o foco recai sobre a capela (e depois município) de Bagé, localizado no extremo sul da província, fronteira com a Banda Oriental. As fontes exploradas são, basicamente, os inventários *post-mortem*.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990, p. 6. (Dissertação de Mestrado)

<sup>3</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, pp. 18-21. (Tese de Doutorado)

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 21; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 144.

Após uma rápida apresentação da localidade, iremos apreciar como eram conformadas as fortunas dos criadores de gado vacum, verificando, especificamente, a representatividade de escravos, imóveis e rebanhos na composição dos seus patrimônios, examinando também o percentual de criadores que utilizavam mão de obra escrava. Depois, passamos para a análise dos rebanhos, averiguando a representatividade dos vacuns, cavalares, ovinos, muares e asininos no total dos animais inventariados. Feito isto, averiguamos a distribuição do gado entre os criadores de diferentes envergaduras, assim como a própria representatividade de pequenos, médios e grandes produtores. Por fim, realizamos uma estrutura de posse cativa a partir das escravarias dos criadores para verificar o grau de utilização deste tipo de mão de obra, assim como a concentração de cativos.

### **A localidade de São Sebastião de Bagé**

A metade sul da província do RS começou a ser povoada por luso-brasileiros no final do século XVIII, mesmo em um contexto onde a região ainda estava em disputa com os súditos do Império espanhol. Entre 1790 e 1797, quinze sesmarias foram concedidas em terras onde futuramente seria instalada a Capela de Bagé<sup>5</sup>. Na virada do século, a guerra na Europa entre Inglaterra e França fez com que seus aliados ao sul da América, Portugal e Espanha, respectivamente, entrassem em conflito. Foi neste contexto que os luso-brasileiros conquistaram as Missões e “avançaram definitivamente sobre os campos neutrais até o Jaguarão, e também penetraram até o rio Ibicuí”, organizando destacamentos para proteger a fronteira<sup>6</sup>.

Dentre 14 destacamentos espalhados pela capitania do RS, em 1805, estava o Destacamento de São Sebastião, todavia, novas sesmarias só passaram a ser concedidas a partir de 1810<sup>7</sup>. Dentro da política de ocupação daquele espaço por parte do Império português, capelas começaram a serem erguidas, geralmente em locais onde havia um acampamento militar. A Capela de Bagé foi uma delas. Embora desde de 1812 já fossem realizadas cerimônias de batismo em Bagé – no Oratório privado do Tenente Pedro Fagundes de Oliveira, onde havia uma imagem de São Sebastião, padroeiro dos militares –, apenas em 1815 foi concedida a permissão para os moradores erguerem uma capela<sup>8</sup>.

Conforme um censo realizado em 1846, logo antes da emancipação do município (que ocorreu em 1847), havia 4.101 moradores na localidade, sendo 1.212 escravos (ou 29,5% – 25% deles africanos). Em 1858 a população havia triplicado, chegando a 12.342 (4.016 escravos, ou

---

<sup>5</sup> MARTINS BRASIL, Carlos Roberto. *Sesmarias em São Sebastião de Bagé: primórdios do povoamento*. Porto Alegre: Renascença, 2009, pp. 54-55.

<sup>6</sup> OSÓRIO, op. cit., pp. 114-115.

<sup>7</sup> Arquivo Nacional. Fundo Vice-Reinado, código D9, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 749, pacote 1.

<sup>8</sup> TABORDA, Tarcisio Antônio Costa. *A Igreja de São Sebastião de Bagé*. Bagé: s/e, 1975, pp. 25-28.

32,5%, sem especificar a origem dos mesmos). Por fim, em 1872 o número de habitantes era de 21.768 (4.816 cativos, ou 22%)<sup>9</sup>. Abaixo a localização aproximada do município em de 1847:

### Mapa – Limites do município de Bagé, c.1847



Mapa adaptado de: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>.

Antes de passarmos às análises anunciadas, alguns esclarecimentos são importantes: entre c.1820 (o *aproximadamente* advém do fato que 4 inventários, um de 1817, dois de 1818 e um de 1819, foram agregados à análise) e 1870 foram abertos 355 inventários. Destes, 337 tiveram o levantamento de bens finalizado, mas em 24 deles não foi procedida sua avaliação. Assim, temos 314 inventários que tiveram os bens avaliados, embora em três deles a partilha, por um ou outro motivo, não tenha ocorrido. Destes 314, em 245 (ou 78%) alguma rês<sup>11</sup> foi arrolada. Assim, é com estes 214 inventários que trabalhamos.

Da mesma forma, por falta de espaço, não realizamos um apanhado historiográfico sobre o tema em questão, porém, cumpre destacar que, felizmente, não é mais preciso provar que a escravidão foi fundamental para a economia da região no século XIX. Diversos pesquisadores já enterraram de vez a imagem, advinda mais de uma idealização do que de pesquisas fundamentais em sólida pesquisa empírica, de que o uso da mão de obra cativa no pastoreio era economicamente irracional e, por isso, inviável – na medida do possível, iremos nos valer destes estudos, inclusive

<sup>9</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Mapas estatísticos da população dos municípios e distritos da Província do Rio Grande*. Fundo de Estatística, maço 1, 1846; FEE. *Mappa estatístico dos casamentos, nascimento e óbitos da província do Rio Grande do Sul desde o 1º de julho de 1858 por semana até 31.12.1859*. In: *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850*. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística, 1981; Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Em razão da precariedade dos dados estatísticos para o século XIX, estes números devem ser entendidos mais como aproximações do que como indicadores exatos.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>, Acesso em 17 de maio de 2014.

<sup>11</sup> Quando nos referimos a rês ou apenas gado estamos trabalhando com *reses* (xucras ou mansas), *terneiros*, *vacas* e/ou *novilhos*. Quando abordarmos *gado vacum* ou *rebanho bovino*, estamos nos referindo a estes animais somados a touros e bois mansos. Outro esclarecimento importante é que trabalhamos com *todos* os inventários abertos para a localidade e não com uma amostra.

do ponto de vista comparativo<sup>12</sup>. Neste sentido, esta comunicação, até por ser nossa primeira aproximação com os resultados obtidos a partir dos inventários (e em função de nossa pesquisa estar em andamento), pretende-se mais uma descrição das informações encontradas do que um exame definitivo acerca das mesmas.

### **A composição do patrimônio dos criadores**

De acordo com João Fragoso, os inventários, por apresentarem “a composição das fortunas dos mortos”, possibilitam ao pesquisador “perceber as características econômicas básicas de uma dada região”<sup>13</sup>. Contudo, essa fonte abre uma janela para análise daqueles indivíduos (e seus escravos) mais bem situados na estratificação econômica, não tendo o mesmo alcance em relação “às camadas mais miseráveis dos homens livres pobres”<sup>14</sup>.

Na “Tabela 1” detalhamos a composição das fortunas dos criadores de gado, a partir dos inventários produzidos em Bagé, ao longo de todo o recorte temporal de nosso estudo. Os valores em negrito são os *totais*: *imóveis* é conformado pelo valor dos imóveis rurais e urbanos; já o valor do rebanho bovino está inserido no valor de *todo o rebanho*. A diferença na composição do patrimônio entre pequenos, especialmente entre aqueles com até 100 reses, médios e grandes criadores é nítida: nestes últimos, o peso dos imóveis (42,5%) e do rebanho (32%) é muito superior ao dos escravos (15,5%); na outra extremidade, temos que os imóveis perfazem quase metade em relação aos grandes criadores (24%), o rebanho 26% e os escravos impressionantes 35,5%.

Estes números nos permitem fazer algumas ponderações. Primeiro, os percentuais dos imóveis frente ao total do patrimônio corroboram o que encontramos na pesquisa<sup>15</sup>, isto é, o acesso à terra entre os grandes criadores era maior que entre os pequenos, o que explica (junto com as grandes extensões de suas propriedades, assim mesmo, no plural) o peso dos imóveis em suas

---

<sup>12</sup> Os três estudos clássicos sobre a paisagem agrária do RS, tanto no período colonial, quanto no imperial, são: OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008; ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado). Ver também: ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado); MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012; FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado); CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013.

<sup>13</sup> FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 20. Ou como o mesmo autor explica: “O arrolamento de todos os inventários, em um dado período, permite-nos fotografar a estrutura econômica da região estudada. Quando levantamos seriadamente todos os inventários, temos a estrutura econômica dessa região em movimento”: FRAGOSO, *Homens de grossa*, op. cit., p. 46.

<sup>14</sup> FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos – notas sobre uma fonte múltipla. Os inventários post-mortem*. In: *Revista Arrabalde*, n. 2, 1988, p. 37.

<sup>15</sup> MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-c.1870)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ. (Tese de Doutorado – texto em fase final de redação)

fortunas. Por outro lado, o percentual do valor dos escravos dentre os pequenos produtores avalia o que observamos, quando da análise da desigualdade – que o comprometimento das fortunas com cativos era maior entre os pequenos criadores (e entre os pequenos senhores, no geral), apesar deles serem detentores de uma parte ínfima dos escravos<sup>16</sup>.

**Tabela 1 – Composição do patrimônio dos criadores de gado vacum (imóveis, escravos, rebanho e moeda), Bagé (c.1820-1870) – em %**

Tamanho dos rebanhos	Imóveis	Rurais	Urbanos	Escravos	Todo rebanho	Rebanho bovino <sup>17</sup>	Moeda	Outros	Total de inventários
Até 100 reses	<b>24</b>	91	9	<b>35,5</b>	<b>26</b>	22	<b>2</b>	<b>12,5</b>	61
De 101 a 500	<b>26</b>	95	5	<b>28,5</b>	<b>33,5</b>	28,5	<b>1</b>	<b>11</b>	89
De 501 a 1.000	<b>42,5</b>	88	12	<b>19,5</b>	<b>31</b>	27,5	<b>1</b>	<b>6</b>	33
Mais de 1.000	<b>42,5</b>	88,5	11,5	<b>15,5</b>	<b>32</b>	29	<b>1,5</b>	<b>8,5</b>	62
Total	<b>32,5</b>	91,5	8,5	<b>25,5</b>	<b>31</b>	27	<b>1,5</b>	<b>9,5</b>	245

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

Neste sentido, a tabela ilustra um movimento interessante: quanto maior o criador, há um crescente do comprometimento do seu patrimônio com escravos, rebanho e imóveis, respectivamente; já quanto menor o criador, ocorre o movimento inverso – o peso de escravos, rebanho e imóveis decresce, nessa ordem. Por sua vez, os dados da tabela mostram que a circulação de moedas dentre os criadores era pequena, assim como os demais bens ou ativos (móveis, dívidas ativas, etc.) ficando, somados, abaixo dos 10%.

Mas estes números sofreram mudanças ao longo do tempo, especialmente em função do preço da terra. Entre c.1280-1850, os imóveis alcançaram 23% do total dos patrimônios apenas (15% entre os criadores com até 100 reses e 27,5% entre os com mais de 1.000 reses); a maior discrepância está no peso dos escravos – impressionantes 45,5% no primeiro grupo e apenas 20,5% entre os criadores com mais de 1.000 cabeças de gado vacum; já o gado vacum, que teve o maior valor total (31%) entre os bens analisados, chegou a 16% entre os pequenos (até 100 reses) e 37,5% entre os grandes criadores.

Na década de 1850, o percentual dos imóveis subiu em todas as faixas de tamanho de rebanho, menos entre os com até 100 reses (caiu de 15% para 12%), chegando a 46,5% entre os grandes criadores. De novo o rebanho bovino teve o maior peso entre as fortunas, chegando a quase 40% do total (44% e 39% entres os pequenos e médios criadores e 32,5% entres os grandes). A representatividade dos cativos, por sua vez, caiu entre todos os criadores, perfazendo 33,5% entre os com até 100 reses e somente 15% entre os grandes (até 1850 era de 20,5%), fato que não deixa de ser interessante, pois com o fim do tráfico, em tese, o valor dos escravos cresceu. Isto poderia representar uma queda na quantidade de escravos, mas, como vimos através dos censos, não foi o

<sup>16</sup> Idem. O mesmo para as análises a seguir, por recortes, salvo nova referência.

<sup>17</sup> Além de *reses*, *terneiros*, *vacas* e *novilhos*, bois mansos e touros.

que aconteceu. Talvez o crescimento de crianças, como veremos mais à frente (os cativos entre 0-14 anos representaram quase 40% dos inventariados nesta década), tenha contribuído para um menor valor dos escravos, mas este fenômeno só ganhará um peso relevante na década de 1860 (quando se tornam maioria, alcançando 43,5% do total<sup>18</sup>). Assim, talvez a melhor explicação para essa queda no valor percentual de escravos deva-se à valorização tanto do rebanho, quanto das terras nesta década.

Por fim, na década de 1860, a representatividade dos escravos permanece parecida entre os pequenos criadores, mas decai entre os médios e grandes produtores, o que demonstra que às vésperas da promulgação da Lei do Ventre Livre o patrimônio dos menores criadores estava mais comprometido com a escravidão do que as fortunas dos grandes produtores. Os rebanhos, por seu turno, têm uma queda brutal, indo de 44% para 16,5% entre os com até 100 reses e de 37,5% para 24,5% entre os médios. No geral, o valor dos rebanhos diminui de 39,5% na década de 1850 para 24,5% na de 1860. Finalmente, o maior crescimento, na esteira da Lei de Terras, aconteceu entre os imóveis. De 23% no primeiro recorte, para 25% no segundo, os imóveis chegaram a expressivos 41,5% do valor das fortunas na década de 1860. Entre os pequenos criadores, com até 100 reses, quase triplicou o valor dos imóveis (de 12,5% para 34,5%), chegando a 53% entre os grandes produtores (era 27,5% e 46,5%, respectivamente, antes de 1850 e nos anos 1850).

Retendo-nos nesta questão (a expressiva valorização das terras na segunda metade do oitocentos), fica claro que a grande valorização dos imóveis a partir de 1850 foi, em grande medida, responsável pelo aumento da desigualdade. Foi justamente entre os estratos mais aquinhoados e, dentre estes, entre os maiores criadores de gado vacum que a terra (e mesmo imóveis urbanos) teve um peso percentual maior na composição das fortunas.

Corroborando esta assertiva, Luís A. Farinatti observou que

a valorização das terras foi importante na reprodução e ampliação da desigualdade econômica, em Alegrete, mas tal fenômeno não é explicado apenas pela concentração fundiária nas mãos de grandes terratenentes. Aquele não era um segmento de rentistas rurais: essa mesma concentração tinha por fim viabilizar o desenvolvimento da pecuária em larga escala em um sistema extensivo e possibilitar a reprodução da família nesse ramo de atividade, num contexto onde a fronteira agrária estava se fechando<sup>19</sup>.

A primeira parte da assertiva do autor (“a valorização das terras foi importante na reprodução e ampliação da desigualdade econômica”) foi, de fato, uma realidade. Analisando somente o patrimônio dos únicos 12 inventários com monte-bruto acima de £ 10.000, é impressionante o peso dos imóveis – não à toa todos eles tiveram os bens inventariados após 1850, ou seja, nenhum monte-bruto, antes da Lei de Terras, em Bagé, alcançou tal patamar (10 mil libras

---

<sup>18</sup> MATHEUS, *A produção*, op. cit.

<sup>19</sup> FARINATTI, op. cit., p. 60.

ou mais). Em nada menos do que 8 deles os imóveis valiam 61% ou mais de todo patrimônio (em três, mais de 72,5%); dos quatro restantes, em 3 este percentual nunca ficou abaixo de 51,5%, ou mais da metade dos bens; no único inventário que os imóveis ficaram abaixo dos 50% (39%, mais precisamente), as dívidas ativas perfaziam 35% dos bens (em nenhum outro as dívidas ativas chegaram perto deste percentual – em 9 deles ela era próxima de zero, em outro 4% e no inventário de Manoel Vieira da Cunha elas alcançaram 12%) e os imóveis urbanos valiam mais que os rurais (em todos os outros 11 os rurais ficaram acima dos bens de raiz urbanos – sempre acima dos 75,5%, na verdade)<sup>20</sup>.

Por outro lado, se os escravos tinham um peso bem maior nas fortunas dos pequenos criadores, sua presença se dava de forma muito mais consistente entre os grandes produtores. A “Tabela 2” revela que em 100% dos casos de criadores com 500 reses ou mais, havia algum escravo no inventário. Já entre os produtores com 101 a 500 cabeças de gado, isto só aconteceu na primeira metade do século XIX, caindo para cerca de 90% e 80% nas décadas de 1850 e 1860, respectivamente. Por fim, entre os criadores com até 100 reses, a queda na década de 1850 foi ainda mais (62%), embora este percentual tenha aumentado nos anos 1860 (77,5%).

**Tabela 2 – Presença da posse de escravos entre criadores de gado, Bagé (c.1820-1870)**

Tamanho dos rebanhos	c.1820-1835	1841-1850	1851-1860	1861-1870
Até 100 reses	100%	85,5%	62%	77,5%
De 101 a 500	100%	100%	89,5%	80%
De 501 a 1.000	-	100%	100%	100%
Mais de 1.000	100%	100%	100%	100%
<b>Total</b>	100%	97%	86%	88%

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

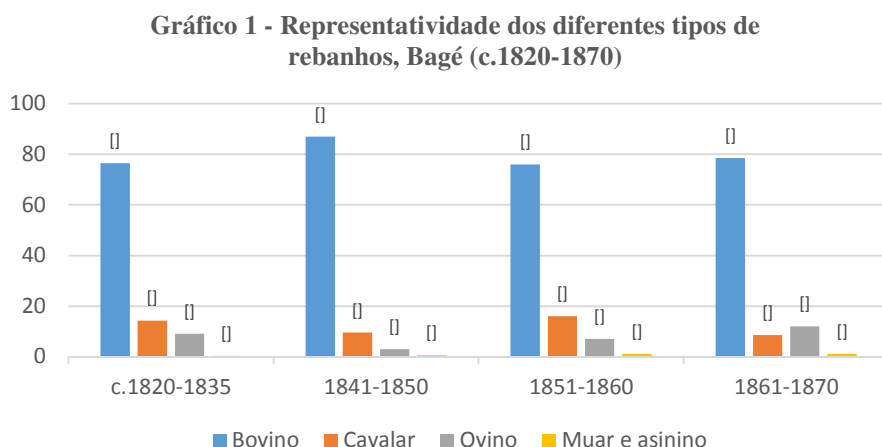
Estes são números muito próximos aos encontrados por Luís A. Farinatti. Em Alegrete, apenas os criadores com 2.000 mil ou mais reses tiveram escravos arrolados nos inventários em todo o período estudado pelo autor. Da mesma forma, quando diminuía os tamanhos dos rebanhos, diminuía ao longo do tempo os percentuais de inventários com escravos<sup>21</sup>. Isto revela que as diferentes conjunturas, especialmente o final do tráfico de escravos, colocou empecilhos para alguns criadores possuírem cativos. No entanto, a mão de obra cativa continuou sendo imprescindível à pecuária, inclusive na década de 1870.

<sup>20</sup> MATHEUS, *A produção*, op. cit. APERS. Registro de Inventário. Manoel Vieira da Cunha. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 109, 1854.

<sup>21</sup> FARINATTI, op. cit., p. 317. O alto percentual de escravos nas grandes estâncias confirma o postulado por Paulo Zarth, de que havia uma “presença regular de escravos nos grandes estabelecimentos”, contudo também era significativa a quantidade de escravos nas médias e pequenas fazendas de criação de gado. ZARTH, op. cit., p. 282.

## Os rebanhos inventariados em Bagé

Ao longo das cinco décadas aqui analisadas, mais de 284 mil animais, de diferentes tipos de rebanho, apareceram nos inventários. Deles, mais 223 mil foram de gado vacum (ou 79% para todo o período). Depois, o maior rebanho foi o cavalar (11%), seguido do ovino (9%) e muar asinino (1%). Em apenas 43 inventários nenhum tipo de animal foi assinalado, configurando 13,5%<sup>22</sup>. Isto (predomínio do rebanho bovino, seguido do cavalar e depois do ovino) confirma e reproduz o encontrado por Helen Osório para o período 1790-1825<sup>23</sup>.



APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Não resta dúvida que o alcance dos inventários, em relação ao maior tipo rebanho, é limitado, mesmo investigando *todos* os inventários da localidade. Estas mais de 223 mil cabeças de gado enumeradas ao longo destas cinco décadas são apenas uma fração do rebanho existente em Bagé. Segundo um Censo Agrário realizado em 1858, o qual contabilizou 260 estâncias na localidade, havia, somente no período em que se procedeu o levantamento do número de animais, 531.640 cabeças de gado vacum, o que colocava o município de Bagé como o segundo maior produtor da província<sup>24</sup>. Por outro lado, apenas para termos uma ideia do significado destas mais de 223 mil cabeças de gado vacum, em uma *Mapa das fazendas de criar* produzido no Paraná, em 1859, mostra que nas mais de 150 fazendas daquela província existiam quase 133 mil cabeças de gado vacum, isto é, menos de 60% do gado existente só em Bagé – e apenas conforme os

<sup>22</sup> Percentual calculado para todos os inventários. Conforme Helen Osório, no período colonial, conforme a *Relação de Moradores* analisada pela autora, “para a população rural”, cerca de “11,2 dos ocupantes de terras não possuíam sequer uma cabeça de gado”. De acordo com os inventários explorados por Osório, 7,7%. OSÓRIO, *O Império*, op. cit., pp. 113-116.

<sup>23</sup> *Ibidem*, pp. 121-125.

<sup>24</sup> Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Fundo Estatística. Maço 2. “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio”, 1858. Alegrete vinha em primeiro lugar, com 391 estâncias e com 772.232 cabeças de gado.



inventários<sup>25</sup>. Para melhor visualizarmos como os rebanhos estavam distribuídos, o “Gráfico 1”, acima, mostra o tamanho de cada um deles por sub-recortes.

O rebanho bovino variou entre 76% e 87% do total. Já o rebanho cavalariço, que decaiu do primeiro para o segundo período, apresentou um crescimento, chegando a representar 16% na década de 1850 para 8,5% entre 1861-1870. Não localizamos indícios, nos inventários, da comercialização deste tipo de animal, mas é fato que ela existia – especialmente a venda de equinos para a *nação*, em épocas de conflitos bélicos. Foi exatamente o que Luís A. Farinatti encontrou, em contas anexadas aos inventários, em que consta a renda com a venda de “potros”<sup>26</sup>.

O rebanho ovino foi outro que sofreu grandes oscilações, indo de 9% no primeiro período para apenas 3% no segundo, recuperando-se nas décadas seguintes, chegando a 12% entre 1861-1870 (ou 9% durante todo o período). Não surpreende a criação de lanígeros chegar a quase 10%, já que os primórdios da ocupação daquele espaço este tipo de produção já era reconhecida como importante na localidade<sup>27</sup>. Por fim, o rebanho muar e asinino, embora em termos percentuais possa parecer insignificante, dada as particularidades de sua produção, apareceu em boa parte dos inventários (em mais de 30% deles, dentre os criadores).

Luís A. Farinatti também encontrou essa oscilação nos rebanhos de Alegrete. Todavia, nesta última ocorreu uma significativa diminuição do percentual do rebanho bovino na década de 1840, muito em função da Guerra Civil Farroupilha, que devastou terras e rebanhos (a representatividade do rebanho bovino caiu de 84,5% na década de 1830 para 75% na de 1840), enquanto em Bagé este processo se deu no sentido inverso (de 76,25% para 87%). Cumpre destacar que o nosso primeiro recorte (c.1820-1835), embora não abarque a guerra civil, é concomitante com a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a qual também devastou campos e rebanhos em Bagé, que, inclusive, foi invadida pelo exército oriental. Por outro lado, nas duas localidades ocorreu uma queda acentuada da década de 1840 para a de 1850 (em Alegrete de 76% para 67%; e em Bagé de 87% para 76%), recuperando-se na seguinte (em Alegrete subindo para 72,5%; e em Bagé para 78,5%)<sup>28</sup>.

Se em números absolutos o rebanho bovino alcançou quase 80% do total, no que tange ao valor dos animais sua importância ganha mais relevo: apenas este tipo de rebanho chegou a valer 90% do total dos animais na década de 1851-1860, embora também tenha sofrido uma variação (84% na década de 1841-1850). Em média, para todo o período, o rebanho bovino representou 89%

---

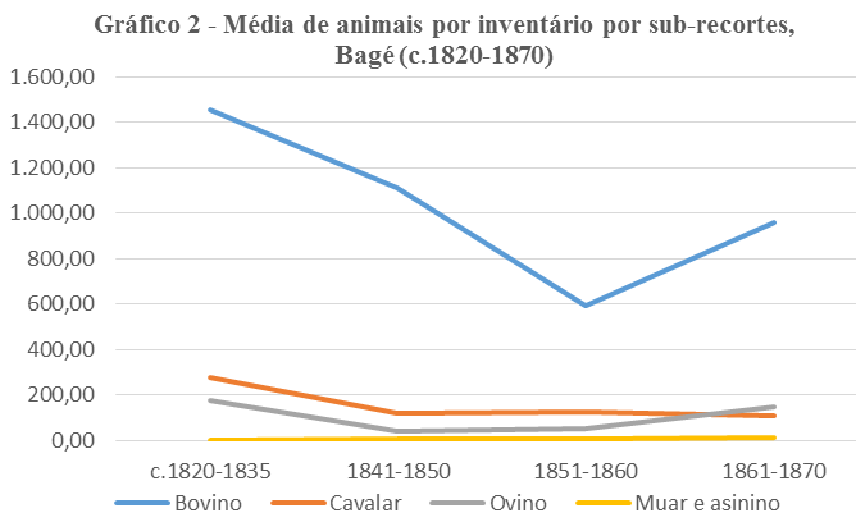
<sup>25</sup> SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *Cativeiro e dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: UFSC/PPGH, 2010, p. 8.

<sup>26</sup> FARINATTI, op. cit., pp. 127 e 139-140.

<sup>27</sup> Conforme um *Mapa estatístico das povoações de Rio Pardo*, elaborados pelas autoridades desta municipalidade em 1826, quando Bagé pertencia a mesma, a produção de ovelhas estava entre as principais da localidade: Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo. *Mapa das povoações de Rio Pardo, 1826*. Códice 16, p. 103.

<sup>28</sup> FARINATTI, op. cit., p. 133. Os rebanhos cavalariço, ovino e muar/asinino também ocuparam os 2º, 3º e 4º postos, em Alegrete, respectivamente. E o cavalariço, assim como o bovino, apresentou um movimento diferente do de Bagé na virada para a década de 1840 – crescendo em Alegrete e decaindo em Bagé.

do total do valor dos animais, o que demonstra que, de fato, era o investimento mais valorizado no mercado (confirmando um padrão para toda a Campanha, já que em Alegrete o valor do rebanho bovino sempre se manteve em cerca de 85% ou mais)<sup>29</sup>.



APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Apesar do rebanho bovino aumentar, em números absolutos, de recorte para recorte (33.807 animais entre c.1820-1835; 39.279 entre 1841-1850; 46.053 entre 1851-1860; e 104.548 animais entre 1861-1870), se tomarmos como parâmetro a média de animais por inventários, veremos que, na verdade, ocorreu uma diminuição bastante acentuada, acompanhando o movimento encontrado para Alegrete. O “Gráfico 2”, acima, e a “Tabela 3” (no gráfico contabilizamos a média apenas entre os criadores de gado vacum, por isso a leve diferença – menos em relação ao rebanho muar/asinino, no último recorte – entre os resultados de uma e de outro), abaixo, mostram que tanto o rebanho bovino quanto o cavalari apresentaram uma queda sistemática na média de animais por inventário (com o bovino se recuperando apenas no último recorte). Por seu turno, o rebanho ovino, após uma queda acentuada na década de 1840, recuperou-se consistentemente nas décadas de 1850 e 1860.

**Tabela 3 – Média de animais por inventário por sub-recortes, Bagé (c.1820-1870)**

Rebanhos	c.1820-1835		1841-1850		1851-1860		1861-1870	
	nº de inventários	%	nº de inventários	%	nº de inventários	%	nº de inventários	%
Bovino	25	1.352,5	41	958	98	470	150	697
Cavalari		257		103		99,5		78
Ovino		160		34,5		44,5		108,5
Muar e asinino		3		8		6,5		7,5
Total		1.771,5		1.103		620,5		891

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

<sup>29</sup> Idem.

De acordo com Luís A. Farinatti, esta queda no número médio de animais na década de 1840, para além do já mencionado conflito bélico, tem outras explicações. Conforme o autor, “o período que iniciou em 1840” registrou uma “duríssima combinação de uma forte seca com uma epizootia atingiu os rebanhos de várias localidades” da Campanha<sup>30</sup>. Paulo Zarth informa que um dos presidentes da província em exercício neste momento, Manoel Antônio Galvão, apontou algum dos problemas na pecuária sulina. No relatório de 1847, Manoel Antônio descreveu que

[...] a renda do imposto de 400 réis por cabeça de gado vacum, cavalari e muar exportado [decreceu]; [...] no exercício de 1845 a 1846 se tinha sentido este decréscimo, compara à renda com o exercício precedente. Investigar as causas que nisso tem influído é difícil; entretanto, não devem ter cooperado pouco o aperfeiçoamento das raças nos estabelecimentos de criar na província de São Paulo, a abertura de caminhos, o desfalque das manadas desta província [...]<sup>31</sup>.

Nos inventários também encontramos reclamações neste sentido. Um dos casos que ilustra bem o contexto adverso à pecuária está no inventário de Joaquim Alves Lucas, de 1846. A viúva e inventariante, Maria Felícia do Nascimento, explicando ao juiz alguns gastos realizados, relatou que não havendo “nos bens do casal rendimentos para fazerem todas as despesas em consequência da *peste e da Guerra Civil que grandes estragos fizeram em todas as Fazendas da Província*, foi preciso pedir dinheiro emprestado”<sup>32</sup>. Com efeito, houve uma queda no volume de charque exportado pela província do Rio Grande do Sul a partir de 1845<sup>33</sup>.

Somente na década de 1860, com a interrupção das guerras e diminuição de episódios naturais, que a média de bovinos voltou a crescer<sup>34</sup>. Não à toa, neste momento acontece um acentuado e consistente aumento da exportação de charque (que sofrerá um revês apenas no final da década de 1860), o que demonstra que a economia pecuária da Campanha estava plenamente interligada ao mercado<sup>35</sup>.

Finalmente, da década de 1850 para a de 1860, o rebanho ovino teve um aumento de 44,5 animais em média por inventário para 108,5 (apenas entre os criadores de gado vacum, de 53,5 para 149,5 animais em média). Este crescimento fez com que a média de ovelhas passasse a média do rebanho cavalari, que sempre esteve no segundo posto, confirmando que a criação de ovelhas esteve, desde os primórdios da localidade, entre as principais atividades.

---

<sup>30</sup> FARINATTI, op. cit., p. 135.

<sup>31</sup> ZARTH, op. cit., 231.

<sup>32</sup> APERS. Registro de Inventário. Joaquim Alves Lucas, Comarca de Rio Pardo, Fundo 007, I Vara da Família, nº 38, 1846. (grifos nossos)

<sup>33</sup> FARINATTI, op. cit., p. 138; VARGAS, op. cit., p. 328.

<sup>34</sup> FARINATTI, op. cit., p. 138.

<sup>35</sup> VARGAS, op. cit., p. 328.

## Envergadura dos criadores de gado

Como já foi mencionado, do total de 314 inventários em que temos os monte-mor bruto, 245 são de criadores de gado, isto é, tiveram menos de uma dezena (em apenas 7 inventários encontramos 10 ou menos reses) até milhares de cabeças de gado arroladas. É com estas mais de duas centenas de criadores, que representam 78% do total de inventariados, que trabalhamos agora.

Durante todo o período aqui analisado, 220.427 reses foram arroladas, em uma média de 899,5 reses por documento. Cerca de ¼ dos inventários apresentaram de 1 a 100 reses; em outros 89 (ou 36,5%) foram descritas de 101 a 500 reses; em 33 (13,5%), de 501 a 1.000 animais; por fim, em 62 inventários (ou 25%) mais de 1.000 reses. Assim, temos que mais de 61% eram de pequenos criadores (tinham até 500 reses), contribuindo para desfazer a ideia da Campanha como um espaço ocupado apenas por grandes estâncias, onde produzia-se enormes rebanhos.

Contudo, estes quase 2/3 de pequenos criadores concentravam pouco mais de 12% do total de reses inventariadas. Consideramos o criador com até 500 reses como *pequeno*, pois a quantidade de animais que o mesmo poderia dispor alcançava, em média, cerca de 10% ao ano, ou seja, ele podia dispor 50 reses anualmente sem que seu rebanho diminuísse de tamanho<sup>36</sup>.

Dentro deste grupo, de *pequenos* criadores, estão os inventários com até 100 animais. Como atestou Helen Osório para o período colonial, os produtores com menos de 100 reses nem eram denominados como *criadores* e, geralmente, desempenhavam outra atividade – os classificados como *mais lavoura* do que criação tinham em média 104 reses<sup>37</sup>. Em Bagé, dentro desse grupo, de fato expressivos 62,5% tiveram essa condição (praticar outra atividade além da criação de gado) anotadas em seus inventários<sup>38</sup>.

Já os médios criadores (de 501 a 1.000 reses) detinham pouco mais de 10% do gado. Por sua vez, os estancieiros com mais de 1.000 reses concentravam absurdos 76,5% do rebanho, isto é, mais que o dobro de sua representatividade (25%). Os percentuais de pequenos criadores e a concentração de gado nessa faixa são muito próximos aos encontrados por Luís A. Farinatti para Alegrete. Neste município, entre 1831-1870, os proprietários com até 500 reses representavam 56,9% (em Bagé 56,5%) e concentravam 12,9% do gado (em Bagé 12,75%).

Comparando os médios e grandes criadores, temos uma diferença. Se os percentuais de proprietários com mais de 1.000 reses são parecidos – 25% em Bagé e 29,3% em Alegrete – neste último havia criadores que se diferenciavam do restante. Luís A. Farinatti encontrou 5 deles com mais de 10.000 reses algo inexistente em Bagé. Talvez a localização geográfica de uma (Bagé foi instalada nos limites de uma estância missioneira) e de outra (Alegrete estava no seio de uma das

---

<sup>36</sup> FARINATTI, op. cit., p. 90. Sobre a questão, ver a análise de: OSÓRIO, pp. 141-144.

<sup>37</sup> OSÓRIO, op. cit., pp. 82-85.

<sup>38</sup> MATHEUS, op. cit., *A produção*.

maiores estâncias dos guaranis) ajude a explicar, pois os luso-brasileiros que ocuparam a região sudoeste Alegrete tiveram mais oportunidades para se apropriar do gado ali criado.

Em relação à concentração de animais, enquanto em Bagé os médios criadores (de 501 a 1.000 reses) detinham 10,75% do gado, em Alegrete nesta mesma faixa a concentração era de 11,1%. Já os produtores com mais de 1.000 reses concentravam 76,5% e 76%, respectivamente. Temos aqui, portanto, um padrão estrutural para toda a região da Campanha: uma larga base de pequenos produtores, mas com poucas cabeças de gado em relação ao total dos animais. Por outro lado, um grupo minoritário de grandes criadores que concentrava mais de  $\frac{3}{4}$  do total do rebanho. No entanto, este padrão, ao que parece, pode ser estendido para boa parte da província.

**Tabela 4 – Envergadura dos criadores de gado – comparação Bagé, Alegrete, Caçapava, São Borja e Cruz Alta, século XIX**

Tamanho dos rebanhos	Bagé, c.1820-1870		Alegrete, 1831-1870		Caçapava, 1821-1850		São Borja, 1828-1858		Cruz Alta, 1834-1879	
	% de criadores	% de gado	% de criadores	% de gado	% de criadores	% de gado	% de criadores	% de gado	% de criadores	% de gado
Até 100 reses	25	1,5	24	4,5	35	2	25	1	56	11
De 101 a 500	36,5	11,25	33	8,5	36	11	35	9	32	31
De 501 a 1.000	13,5	10,75	14	11	12	11	12	9	5,5	15,5
Mais de 1.000	25	76,5	29	76	17	76	28	81	6,5	42,5
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Para Bagé: APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870; para Alegrete: FARINATTI, op. cit., p. 89; para Caçapava: CORRÊA, op. cit., p. 50; para São Borja: FONTELLA, op. cit., p. 54; para Cruz Alta: ARAÚJO, op. cit., p. 42.

Na “Tabela 4”, é possível visualizar a comparação da distribuição de criadores e da concentração de gado para outras localidades – Caçapava fica na região centro-sul da província, com uma pequena parte do seu território compondo a região da Campanha, já Cruz Alta localiza-se no planalto, ao norte, e São Borja (antigo núcleo missionário) situa-se no noroeste da província, fronteira com Corrientes, Confederação Argentina. Apesar de algumas pequenas diferenças nos recortes e no fato que apenas em Caçapava o autor, André Corrêa, ter utilizado todos os inventários e não uma amostra, assim como estamos procedendo, cremos que a comparação é deveres interessante.

Embora os maiores rebanhos da província se concentrassem na região da Campanha, local onde localizavam-se os melhores pastos para sua criação, a desigual distribuição dos animais entre os criadores eram a norma, seja qual fosse a região. A concentração de gado nas mãos daqueles com 1.000 reses ou mais é impressionante, com esse grupo de criadores detendo sempre um percentual de gado maior que o dobro de sua representatividade. Por outro lado, os pequenos criadores

detinham sempre menos da metade de sua representatividade – na maioria das vezes bem menos, como em Bagé, Alegrete, Caçapava e São Borja.

Analisando a distribuição dos criadores e a concentração de gado entre os mesmos em Bagé, por sub-recortes (até 1850 e depois por décadas – 1851-1860 e 1861-1870), sofreu mudanças ao longo do tempo. A “Tabela 5” mostra que o número de produtores com até 100 reses aumentou de 15,5%, na primeira metade do século XIX, para 27% nos anos 1850, praticamente mantendo-se neste patamar na década de 1860. Os criadores entre 101 e 500 reses acompanharam este movimento, crescendo de 36,25% para 48,5 do primeiro para o segundo recorte, porém, caindo para 27,5% nos anos 1860. No geral, os pequenos criadores cresceram enormemente do primeiro para o segundo recorte (51,75% para 75,5%), caindo bastante no terceiro período (56%).

De outro lado, o percentual de grandes criadores cai para menos da metade (de 36,25% para 15,5%) da primeira metade do oitocentos para a década de 1850, quase que duplicando desta para a de 1860. Já os médios produtores oscilaram de 12% para 7%, mais que dobrando para o último período (27%).

**Tabela 5 – Envergaduras dos criadores de gado, por sub-recortes, Bagé (c.1820-1870)**

Tamanho dos rebanhos	c.1820-1850					1851-1860					1861-1870				
	nº de criadores	%	Quantidade de gado	%	Média de reses	nº de criadores	%	Quantidade de gado	%	Média de reses	nº de criadores	%	Quantidade de gado	%	Média de reses
Até 100 reses	9	15,5	498	0,5	55,5	21	27	1.136	2,5	54	31	28,5	1.553	1,5	50
De 101 a 500	21	36,25	6.079	8,5	289,5	38	48,5	10.382	23	273	30	27,5	8.182	8	272,5
De 501 a 1.000	7	12	5.193	7	742	7	9	5.188	11,5	741	19	17,5	13.234	13	696,5
Acima de 1.000	21	36,25	60.664	84	2.889	12	15,5	28.443	63	2.370	29	26,5	79.875	77,5	2.754,5
Total	58	100	72.434	100	1.249	78	100	45.149	100	579	109	100	102.844	100	943,5

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

No geral, parece-nos que todos estes movimentos são bastante coerentes com o que vimos anteriormente. Nas décadas de 1840 e 1850, houve uma crise na pecuária (por causa de pestes, guerras), a qual diminuiu em grande medida a média de reses por inventário, que só começou a ser superada na década de 1860, quando a média de reses aumentou. Isto por si só, óbvio, não explica todas as oscilações (teríamos que levar em conta a fragmentação dos rebanhos após a morte de um patriarca, dentre outros aspectos), mas ajuda a compreender o porquê do primeiro para o segundo recorte aumenta o número de pequenos criadores, diminuindo a quantidade daqueles com mais de 1.000 reses. Já na década de 1860 acontece o movimento inverso.

Apesar destas oscilações, a média de reses dentro de cada faixa de tamanho de rebanho se mantém quase que constante, sem variações. Somente entre os grandes criadores que, do primeiro para o segundo recorte, que a média decai consideravelmente (de 2.889 para 2.370), voltando a crescer na década de 1870 (2.754,5 animais por inventário).

Passando para a concentração de gado, deparamo-nos com outro dado revelador da desigualdade econômica presente na localidade: os pequenos criadores, que perfaziam 51,75%, 75,5% e 56% dos proprietários de gado, concentravam 9%, 25,5% e 9,5%, respectivamente, isto é, este grupo detinha apenas de 1/5 a 1/3 do gado em relação a sua representatividade. Por seu turno, os grandes criadores (que perfaziam 36,5%, 15,5% e 26% do total de produtores) concentravam incríveis 84%, 63% e 77,5% do gado, ou seja, concentravam, no primeiro recorte, mais que o dobro, na década de 1850 quatro vezes mais, e nos anos 1860 praticamente o triplo de sua representatividade.

Assim, aquele padrão (pensando toda a província) visto na “Tabela 5”, foi algo constante em todo o período aqui analisado. Contudo, as variações da concentração de gado em diferentes grupos de criadores, ao longo do tempo, merecem um estudo mais refinado, que vai para além dos nossos propósitos mais imediatos.

Por seu turno, se é verdade os percentuais dos rebanhos na composição das fortunas não oscilavam muito entre criadores de diferentes envergaduras (indo de 26% a 33,5% – vide “Tabela 1”), havia uma grande concentração de gado nas mãos de poucos. Restringindo a análise ao topo da elite de criadores, ou, mais precisamente, apenas nos 10% com maiores rebanhos (que se resumem a 25 daqueles 62 que tivera mais de 1.000 reses arroladas), temos que este diminuto grupo detinha cerca de 50% do total do gado vacum! Todos eles tiveram no mínimo 2.300 cabeças de gado arroladas nos seus inventários.

**Tabela 6 – Concentração de gado vacum entre os 10% maiores criadores, Bagé (c.1820-1870)**

-	<b>Criadores</b>	<b>%</b>	<b>Gado</b>	<b>%</b>
<b>Total</b>	245	100	220.427	100
<b>10% maiores</b>	25	10	107.439	49

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

Todos os integrantes desta elite produtora tinham bens imóveis rurais, sendo que vinte um eram proprietários de imóveis urbanos na vila de Bagé. E quase todos (24) diversificavam suas ações, praticando duas ou mais atividades econômicas. Dentre estes 25 criadores, 7 estão no grupo dos 12 inventários com monte-brutos acima de 10 mil libras esterlinas. Outros 6 tiveram seus bens avaliados em mais de 7 mil. Enfim, este pequeno grupo concentrava uma gama enorme de recursos que os diferenciava mesmo dos seus pares.

### **Estrutura de posse escrava entre os criadores**

De posse das informações que os escravos tinham uma representatividade significativa nas fortunas dos criadores, embora ela fosse mais importante entre os pequenos produtores (vide

"Tabela 1"), e que a mão de obra cativa era amplamente utilizada por eles ("Tabela 2"), resta questionarmos como estava distribuída a posse de escravo entre os criadores. Apesar de haver certa concentração de cativos em poucas mãos, ela não era tão forte quanto a concentração de gado. Além do mais, nem sempre o tamanho do rebanho acompanhava o tamanho da escravaria.

Como veremos logo à frente, sim, existia uma pequena elite de criadores que concentrava boa parte dos cativos. E, de fato, como mostra a "Tabela 7", por vezes ser um grande criador era sinônimo de ser um grande escravista – na verdade, 7,5% dos produtores com mais de 1.000 cabeças de gado tinham 20 ou mais escravos. Contudo, 10% deles detinham até 9 cativos somente. Da mesma forma, nem sempre ser um pequeno criador era sinônimo de ter uma pequena escravaria, embora a maioria deles detivessem plantéis até 9 cativos – 52% tinha até 9 escravos, mas 17% possuía médias ou grandes escravarias.

Analisando por recortes, percebe-se que apenas na década de 1860 é que aparece de maneira significativa grandes criadores com pequenas e médias escravarias (eram cerca de 7% até 1850 e 4,5% na década de 1850, passando para 15,5% nos anos 1860). Este movimento aconteceu em detrimento dos grandes criadores com médios plantéis, que representavam de 19,5% até 1850 passando para 7,5% e 8,5% nas décadas seguintes, respectivamente (ver "Anexo 7").

**Tabela 7 – Estrutura de posse escrava entre os criadores de gado, Bagé (c.1820-1870)**

Tamanho dos rebanhos	Com 1 a 4 escravos	%	5 a 9 escravos	%	10 a 19 escravos	%	20 ou mais escravos	%
De 1 a 100 reses	21	9,5	18	8	6	2,5	1	0,5
De 101 a 500 reses	33	15	34	15,5	10	4,5	1	0,5
De 501 a 1.000 reses	15	7	13	6	5	2,5	-	-
Mais de 1.000 reses	9	4	13	6	24	11	16	7,5
<b>Total</b>	78	35,5	78	35,5	45	20,5	18	8,5

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870.

Concordando com os resultados encontrados a partir da apreciação realizada acerca da envergadura dos criadores de gado (maioria de pequenos produtores) e da estrutura de posse cativa (maioria de pequenos escravistas<sup>39</sup>), em todos os recortes temporais (até 1850 e décadas de 1850 e 1860) o predomínio foi de *pequenos criadores com pequenos plantéis*. Até 1850, eles representavam 34% do total de 57 produtores escravistas neste período – em segundo lugar ficaram os médios criadores com escravarias entre 10 e 19 cativos (19,5%). Nos anos 1850, este percentual aumentou para 56% dentre os 66 criadores. Já na década de 1860, este grupo caiu para 46% dos 96 criadores com escravos, mas continuou a ser a maioria. Enfim, estes números demonstram que o

<sup>39</sup> Tratamos como *pequenos escravistas* aqueles com até 9 cativos. MATHEUS, *A produção*, op. cit.



padrão de produtor na Campanha durante todo o nosso recorte temporal foi aquele com pequenos rebanhos e pequenas escravarias<sup>40</sup>.

Contudo, para melhor entendermos a dinâmica entre a relação *números de cativos x tamanho dos rebanhos*, e mesmo a cultura escravista que perpassava todos os estratos sociais e todos os criadores, talvez importe mais conhecer as características internas de determinado plantel do que, efetivamente, o seu tamanho. Vejamos alguns exemplos que exemplificam essa questão, mas sempre lembrando que o inventário é o final da vida do criador (ou de seu cônjuge), podendo, neste momento em que o pesquisador tem uma fotografia dos bens do produtor, a sua lógica estar em um processo inicial (com a compra de um escravo – crioulo ou africano – jovem ou a chegada em idade produtiva de um crioulo nascido do ventre de uma escrava), intermediário ou mesmo no seu auge (com a escravaria composta em grande medida por cativos em idade produtiva).

No inventário de Dona Inocência Anacleto dos Santos, seu viúvo, o Tenente Antônio Jacinto Pereira descreveu mais de 2.500 reses, cerca 200 animais cavalares e 200 ovelhas e dois campos, um na “fazenda entre o [rio] Piraí e o [arroyo] São Luís” e outro na “fazenda de Santa Maria”. Neste segundo campo havia uma casa de morada com galpão, cozinha, um cercado, benfeitorias, mangueira de pedra “no lugar aonde se acha arranchado o herdeiro Antônio”, o qual podia ajudar no pastoreio dos animais que eram criados nesta propriedade. O Tenente Antônio também anotou que o casal era proprietário de 25 escravos, 16 do sexo masculino e 9 do feminino. Dentre os homens, 7 tinham entre 15 e 45 anos e 5 destes foram descritos como “campeiros”. Outros dois jovens, “Manoel, cabra, 14 anos e “Pedro, crioulo, 12 anos” também foram qualificados como “campeiros”.

Entre os demais adultos e idosos, “José, crioulo de 70 anos”, era pedreiro, “Fidelis, africano de 50 anos”, roceiro, “Agostinho, africano, 48”, cozinheiro, “Antônio, africano”, cerca de 45 anos, roceiro, “Matías, 47, africano”, roceiro, “Mateus, africano, 36”, roceiro e “Antônio Joaquim, pardo de 48 anos”, alfaiate. Ainda havia duas outras crianças do sexo masculino com 10 anos ou menos que podiam estar sendo encaminhadas e treinadas para a lida com o gado (ou em algum ofício) pelos mais experientes. Assim, a escravaria do tenente dava conta, plenamente, do trabalho permanente que os cerca de 3.000 animais<sup>41</sup> (uma média de pouco mais de 400 animais por escravos campeiro) demandavam. Do mesmo modo, quando necessitasse de mais mão de obra (para reunir o gado para marcação, castração, etc.), Antônio Jacinto poderia utilizar “o herdeiro Antônio”, os cativos roceiros, o pedreiro José ou o alfaiate Antônio Joaquim para as tarefas<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Partindo do pressuposto de que um indivíduo cuidava de 500 a 600 reses sozinho: OSÓRIO, *O império português*, op. cit, pp. 148-160; BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 51; FARINATTI, op. cit., pp. 296-297.

<sup>42</sup> APERS. Registro de Inventário. Dona Inocência Anacleto dos Santos. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 133, 1857.

Na mesma situação do plantel do Tenente Antônio estava a escravaria de Antônio José Martins Coelho. No inventário de sua falecida esposa, Maria Lucas, Antônio José transcreveu 15 escravos, sendo 10 com menos de 15 anos e nove do sexo feminino. Dentre os adultos do sexo masculino, estavam o africano “Inácio, 50 anos, lavrador”, o também africano “Francisco, 50, sapateiro” e “Bonifácio, 30, campeiro”. A princípio, quem ajudava Bonifácio a cuidar dos quase 2.700 animais (2.250 reses) era “João, 9, crioulo” e “Cândido, 7”, campeiros – uma média de 900 animais (ou 750 reses) por escravo campeiro, com Inácio e Francisco podendo serem chamados em momentos específicos<sup>43</sup>.

Mas esta não era a realidade para boa parte dos criadores. Muitos deles contavam com uma quantidade de escravos que supria, no máximo, o tempo de cuidado e engorda do gado. Militão Carneiro da Fontoura era senhor de 6 escravos, 4 deles do sexo feminino. Para cuidar dos seus quase 2.300 animais (quase 2.000 reses, 80 mulas e 18 burros e chèvres), Militão contava com o crioulo Pedro, 25, e o africano Francisco. Logo, neste caso, havia a necessidade ou da contratação de mão de obra livre, da ajuda de vizinhos e/ou agregados ou mesmo o aluguel de escravos de outros senhores<sup>44</sup>.

Em circunstâncias parecidas estava Maximiano José Correia, o qual legou 4 escravos – dois homens e duas mulheres. Para cuidar dos seus quase 3.000 animais (2.500 reses), Maximiano tinha dois homens adultos, o crioulo Joaquim, 30 anos, e o africano Francisco Santiago, 50, os quais, junto a seu senhor, possivelmente davam conta do trabalho diário de criação. Por outro lado, Maximiano Correia necessitava contratar mão de obra excedente em alguns momentos, ainda mais que era proprietário de campos no Brasil e na Banda Oriental, com parte de seu rebanho estando em um e outro lugar<sup>45</sup>. Aliás, esta passagem de animais e escravos pela fronteira, algo comum e necessário a boa parte dos criadores, como no caso de Maximiano, podia acarretar problemas extras: por exemplo, o crioulo Feliciano, 20 anos, único escravo de Manoel Jacinto Pereira, estava “fugido há anos para a Banda Oriental”. Manoel faleceu na Guerra do Paraguai, legando, além de

---

<sup>43</sup> APERS. Registro de Inventário. Dona Maria Lucas. Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara de Família, nº 160, 1859.

<sup>44</sup> FARINATTI, op. cit., p. 271. Só encontramos duas referências a aluguéis de escravos. Uma delas foi no inventário de Cândida Olinto de Freitas, contudo não há maior explicação sobre qual seria sua destinação – na verdade, depois da morte de Cândida, o juiz reclama que o inventariante, filho da mesma, “relaxou” no “governo” dos escravos de uma das fazendas da herança, deixando os cativos “entregues a si mesmo [...], sem sujeição” e, “insurreccionados”, impunham “flagelo aos vizinhos”, roubando o gado. A desordem era tal que “um deles [dos escravos]” estava preso “por esse motivo [roubo de animais]” e “por ter cometido um assassinato em um seu parceiro”. Por isso, o juiz determinava que o inventariante fosse “removido” e que os “mesmos escravos” fossem “distribuídos por aluguel entre os habitantes desta vila”: APERS. Registro de Inventário. Cândida Olinto de Freitas. Comarca de Caçapava, Fundo 016, I Vara de Família, nº 141, 1858. A outra referência foi está em uma prestação de contas anexa ao inventário de Joaquina Pereira de Miranda, em que o tutor declara o valor do “aluguel da escrava Rosa”: APERS. Registro de Inventário. Joaquina Pereira de Miranda. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 128b, 1862.

<sup>45</sup> APERS. Registro de Inventário. Maximiano José Correia. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 234, 1866.

Feliciano (que apesar de *fugido*, foi arrolado no inventariado e, inclusive, avaliado), mais de 600 reses – isso é, outro caso onde o cativo supria somente a necessidade diária de mão de obra<sup>46</sup>.

Amiúde, a contratação de peões, mesmo por criadores escravistas, não é algo raro nos inventários. Um exemplo disso é o documento produzido após a morte de Manoel Rodrigue Pereira (o qual legou 4 escravos, todos do sexo masculino, sendo 2 em idade produtiva, e quase 1.200 animais), que além de nos informar sobre tal assunto, ajuda a entender outros meandros da produção pecuária oitocentista. Como seu filho menor, Quintiliano, ficou sob guarda do seu padrinho, o Major Frederico Gonçalves Jardim, há anexado ao inventário algumas prestações de contas, as quais geraram contendas em torno dos gastos advindos com o cuidado dos animais que ficaram na legítima do órfão e mesmo sobre a partilha de alguns dos bens.

O curador-geral discordou da prestação de contas apresentada pelo major, já que não eram factíveis “despesas com um peão e capataz para cuidar [de apenas] 200 reses!!”, argumentando que seria preciso de mais um peão apenas “para aquerenciar” o gado, porém, “depois de aquerenciados, são [tais despesas] supérfluas e prejudiciais ao órfão”. A resposta do tutor é ilustrativa: primeiro, ele expõe que “uma só pessoa não podia administrar tal fazenda, manguieiras, pastoriando o gado sem evitar o seu descaminho e já finalmente curando terneiros, que após o seu nascimento se abixam”; depois, sobre o valor gasto com o peão e com o capataz, pondera que não se tratava do “primeiro ano em que era aquerenciado o gado e, portanto, costeado [...], mas vê-se que do segundo e terceiro anos em que os desfrutos do gado aumentaram”; por fim, não deixa de ser esclarecedor que o Major Frederico chama tais despesas de “extraordinárias”<sup>47</sup>.

Mas Frederico Gonçalves não teve apenas que responder perante ao juízo. O padrinho do órfão também entrou com um embargado contra o inventariante que, notadamente, era irmão natural de Quintiliano. Nele, dentre outras denúncias, Frederico reclama que havia gado suficiente em Bagé para suprir a legítima do órfão, contudo o inventariante lançou na partilha parte do gado existente no Estado Oriental. Em função disso, Frederico teve gastos extras, pois teve que trazer

algum gado do Estado Oriental para Bagé (no que teve a ajuda de um escravo) e, quando os animais já estavam costeados e aquerenciados, despediu o peão, ficando um outro na qualidade de capataz, visto que alguns vizinhos desse lugar e amigos do embargante, coadjuraro-no no mais serviço preciso este ponto específico.

Nos conflitos descritos acima temos várias informações que ajudam a compreender a dinâmica da produção pecuária naquele contexto fronteiriço. Primeiro, para cuidar de 200 animais

---

<sup>46</sup> APERS. Registro de Inventário. Manoel Jacinto Pereira. Comarca de Caçapava, Fundo 016, Vara de Família e Sucessão, nº 283, 1870. Sobre a questão da fronteira, ver: MATHEUS, op. cit., 2012, Capítulo IV.

<sup>47</sup> APERS. Registro de Inventário. Manoel Rodrigues Pereira. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 199, 1863. O Major Frederico é o mesmo Tenente-Coronel citado anteriormente – em 1863 ele ainda era major, mas morreu, em 1869, como tenente-coronel.

não havia a necessidade de mais de um trabalhador. Todavia, quando o rebanho começasse a procriar, em momentos como a cura de bicheiras, mesmo em uma propriedade com uma pequena quantidade de gado, a ajuda de outro peão era necessária. Da mesma forma, para conduzir um pequeno rebanho pela fronteira era preciso ao menos dois trabalhadores. Depois que os animais estivessem “aquereciados”, somente um peão dava conta dos afazeres, ainda mais se “vizinhos” e “amigos” ajudassem nas tarefas.

No inventário do casal Jacinto Mendes de Oliveira e Dona Suplícia Mendes da Silva foram arrolados, dentre outros bens, quase 900 animais (510 reses) e um escravo, o africano Onofre 35 anos, o qual além de ter como tarefa o cuidado com os animais, provavelmente também ajudava na pequena produção agrícola. Cerca de um ano depois, em uma avaliação do estado dos bens do casal, as 510 reses haviam fornecido uma “produção” de 10% (52 novos animais, fora 16 reses que haviam sido carneadas), as ovelhas 18,5%, 6 potros haviam nascido. Para tomar conta de um rebanho dessa monta (de médio para grande porte), além da provável utilização de Onofre foi contratado o capataz Bento Luís por 8 meses (24 mil ao mês), 3 peões a 4 mil réis por dia cada (“para o trabalho da contagem dos animais”), um peão por um mês de serviço (16 mil réis), outro peão por dois meses (32 mil réis), além de terem sido comprados um ponche, duas camisas, 2 ceroulas e dois chiripas (tudo por 44 mil réis) para “o escravo pertencente aos órfãos”, isto é, Onofre<sup>48</sup>.

De fato, a mão de obra livre complementar era muito importante. Antônio Jacinto Pereira, no inventário de seu sogro, o Sargento-Mor Anacleto Francisco Gularte, declarou ter gasto “com peões e capatazes” (isto que o sargento legou 25 escravos, 16 deles do sexo masculino e em idade produtiva, e menos de 2.220 reses)<sup>49</sup>. A viúva Eugênia das Chagas Ribeiro, no inventário de seu falecido esposo Zeferino Maximiano Ribeiro, relatou ter tido várias e várias despesas com peões, sendo que o casal detinha 16 escravos, dez deles homens entre 15 e 45 (com um rebanho de pouco mais de 500 reses)<sup>50</sup>.

Enfim, eram raros os criadores que não contavam com algum escravo adulto (i.e., em idade produtiva), embora boa parte deles precisasse, em alguns momentos, de mais trabalhadores para tarefas específicas, já que a pecuária se caracterizava por sazonalidades quanto à necessidade de mão de obra. De todos os 219 produtores escravistas, apenas em 26 casos (ou menos de 12%) o criador não tinha algum escravo do sexo masculino com 14 (ou mais) anos. Dentre estes 26, só um tinha mais que 700 reses, isto é, o trabalho familiar não seria suficiente para as lidas diárias com o

---

<sup>48</sup> APERS. Registro de Inventário. Jacinto Mendes de Oliveira e Dona Suplícia Mendes da Silva. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 253, 1868.

<sup>49</sup> APERS. Registro de Inventário. Sargento-Mor Anacleto Francisco Gularte. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 253, 1868.

<sup>50</sup> APERS. Registro de Inventário. Zeferino Maximiano Ribeiro. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 159, 1849.

gado. Por fim, apenas nove não eram proprietários de um escravo crioulo com menos de 14 anos, os quais poderiam estar sendo encaminhados para o cuidado dos rebanhos. Estes números não estão muito longe do encontrado por Luís A. Farinatti Alegrete. Segundo o autor,

42% dos criadores que possuíam entre 100 e 500 reses não contavam com nenhum tipo de mão de obra estável que não a sua própria. Para aqueles que possuíam entre 500 e 1.000 reses esse número não ultrapassava 10% e, para os grandes criadores, com mais de 1.000 cabeças de gado, essa situação se deu em apenas 4% dos casos<sup>51</sup>.

Nestes termos, cumpre realçar algo (que, de resto, é central para nossa pesquisa). Como vimos, na escravaria de Antônio José Martins Coelho foram arrolados “João, 9 anos, campeiro” e “Cândido, 7 anos, campeiro”<sup>52</sup>. Poderíamos passar parágrafos e mais parágrafos citando casos de *crianças* com 7, 8, 9, 10 anos que foram descritas como “campeiros”. Em trabalho anterior, mas com foco em Alegrete, encontramos o mesmo padrão conforme os inventários, assim como a partir da Lista de Classificação de Alegrete<sup>53</sup>.

Logo, temos aqui outra característica da pecuária: além de exigir menos braços que outras atividades econômicas, ao que parece, ela assimilava ao trabalho cativos jovens mais cedo do que outros tipos de produção. Com isso, a importância da reprodução natural, elemento estrutural para a reprodução da escravidão no contexto aqui analisado, ganha uma nova dimensão. Muitos senhores investiam nela para que sua mão de obra, ao menos aquela necessária para o serviço permanente, fosse constantemente recomposta, o que implicava um bom cuidado com sua escravaria.

O resultado deste tipo de comportamento por parte dos senhores é facilmente comprovado através do cruzamento dos inventários com os batismos. Os exemplos são muitos: José, nascido em 1832, filho de Matildes (escravos de Antônio Madeira) em 1851 aparece como “campeiro”; Luís, filho de Francisca e batizado em 1843, dois anos depois do seu nascimento, é descrito como “campeiro” no inventário de sua senhora, em 1863 (o único assim descrito, em um conjunto de bens com pouco mais de 300 animais); Pedro, nascido em 1848, filho de Lauriana e cativo de Alexandre da Silva Lemes, foi descrito como “campeiro” aos 19 anos<sup>54</sup>.

Logo, naquela realidade, ter escravas em idade produtiva, incentivar e/ou permitir a elas que produzissem laços afetivos mais significativos – seja apenas se amasiando, seja em alguns casos casando perante a igreja católica com parceiros de escravaria, com cativos de outros senhores ou

---

<sup>51</sup> FARINATTI, op. cit., p. 297.

<sup>52</sup> APERS. Registro de Inventário. Dona Maria Lucas. Comarca de Bagé, Fundo 010, I Vara de Família, nº 160, 1859.

<sup>53</sup> MATHEUS, op. cit., 2012, capítulo 1.

<sup>54</sup> Para José, que aparece como campeiro em um processo-crime, acusado de assassinar uma índia: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo. Livro 1, p. 19v e APERS. Processos-crime, Bagé, I Vara do cível e Crime, nº 3336, 1851; Luís: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo. Livro 2, p. 47 e APERS. Registro de Inventário. Cândida Maria da Fonseca. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 20, 1863; Pedro: Arquivo da Diocese de Bagé. Registros de Batismo. Livro 3, p. 98 e APERS. Registro de Inventário. Alexandre Silva. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 227, 1866.

mesmo com homens livres (já que era o ventre que definia a condição jurídica de seus filhos) – e, por fim, exercer um bom tratamento aos recém-nascidos e às crianças de modo geral era um dos pré-requisitos para que os criadores vissem sua mão de obra se reproduzir no tempo. Tudo isto, é claro, tinha profundas implicações à vida dos escravos e eles sabiam muito bem disso.

Interessante notar que esta utilização de jovens cativos na pecuária tinha raízes ainda no tráfico atlântico. O Capitão Luís Beltrão de Almeida, em memória escrita no início do século XIX, relata que “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros: estes colonos vão e compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo”, isto é, o ensino e o uso de cativos com cerca de 10 anos no pastoreio foi uma praxe na Campanha ao longo do século XIX<sup>55</sup>.

Ademais, o que importa e deve ser ressaltando e retido é que, até quando foi possível, os criadores utilizaram largamente escravos na lida com o gado. Nestes termos, podemos concluir que a estância sulina oitocentista foi uma empresa não-capitalista, pois dependia em grande medida de uma relação de trabalho baseada na força, na violência e na coação da mão de obra, agregava pouca tecnologia e dependia da assimilação de novas áreas para sua reprodução no tempo. Foi apenas na virada da década de 1860 para a de 1870 que novos métodos de produção começaram a ser utilizados: conforme Paulo Zarth, por volta de 1870, provavelmente, que novas raças foram inseridas; já Graciela Garcia aponta que também nos anos 1870 iniciam os cercamentos dos campos, fenômeno que se intensifica na década de 1880<sup>56</sup>. Confirmando essas observações, o primeiro inventário que encontramos um campo cercado com arame é do ano de 1866<sup>57</sup>.

\* \* \*

Voltando a restringir a análise naqueles 10% da elite de criadores (25 inventários), como fizemos no tópico anterior, vemos que 10 deles se faziam presentes na elite escravista e outros 10 estavam entre os médios proprietários de cativos – confirmando o afirmado: nem sempre ser um grande criador era sinônimo de ser um grande escravista. Sete daqueles 10 com maiores escravarias tiveram seus inventários produzidos depois de 1850 e apenas 3 enquanto o tráfico ainda estava em vigor. Logo, o fim do comércio de escravos não foi um baque para estes produtores, já que uma parte significativa de seus plantéis eram formada por crioulos.

---

<sup>55</sup> Citado em: BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado), pp. 64-65.

<sup>56</sup> ZARTH, op. cit., pp. 259-267; GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005., pp. 17 e 162.

<sup>57</sup> APERS. Registro de Inventário. Capitão Vasco Marques de Souza. Comarca de Bagé, Fundo 010, Vara de Família e Sucessão, nº 237, 1866.

**Tabelas 8 – Concentração de escravos entre os 10% maiores criadores, Bagé (c.1820-1870)**

-	Criadores	%	Escravos	%	Escravos apenas entre os criadores [e %]	%
<b>Total</b>	245	100	2.144	100	1.862 [87%]	100
<b>10% maiores</b>	25	10	464	21,5	464	25

APERS. Registros de Inventários. Bagé, c.1820-1870

Com efeito, praticamente nenhuma característica de suas escravarias se destacam em meio à totalidade dos plantéis. O percentual de cativos em idade produtiva ficou em 41,5%, menor que a média geral (47%) e também menor que a média na década de 1860 (42,5%), a mais baixa para todos os recortes, o que demonstra que a reprodução natural era, de fato, importante a estes senhores. Assim, não impressiona que o percentual de africanos tenha sido de apenas 21,5%, próxima da média para todo o nosso recorte (20,5%).

No geral, aqueles que se encontravam no topo da elite entre os criadores concentravam mais de 1/5 dos escravos inventariados em Bagé e 1 em cada 4 cativos entre os seus pares. A razão de sexo nestes plantéis era de 134 homens para cada 100 mulheres, semelhante a encontrada até 1850 (137,5) – mas se contabilizarmos apenas os 7 inventários até esta data (1850) este percentual aumenta para 160,5 homens<sup>58</sup>.

De resto, comparando a análise que procedemos a partir da “Tabela 6”, que mostra a concentração de animais nas mãos destes 10%, com os números apresentados agora, fica nítido que esta (pequena) elite de criadores concentrava boa parte dos recursos disponíveis na localidade (cerca de 50% do gado, 25% dos escravos, todos eram proprietários de imóveis rurais e 21 de imóveis urbanos na vila de Bagé). Não à toa, 7 estão no grupo dos 12 inventários com monte-brutos acima de 10 mil libras esterlinas e outros 6 tiveram seus bens avaliados em mais de 7 mil libras<sup>59</sup>.

Este ponto deve ser destacado, pois explica não só a estrutural desigualdade observada, mas a própria história da região, eivada de conflitos bélicos e agrários<sup>60</sup>: a concentração de terras, gado vacum e, em menor medida, de escravos por parte dos grandes criadores foi a tônica da Campanha ao longo do século XIX. Processo que começou no século XVIII – Helen Osório, analisando requerimentos endereçados ao governador da capitania, descreve contendas em que litigantes acusavam alguns poucos indivíduos de tentarem "apossar-se de toda campanha" – e adentrou o século XIX (conforme a mesma autora, entre 1790 e 1810, “reforçou-se o padrão vigente de apropriação da terra, [isto é,] a grande propriedade para a pecuária”<sup>61</sup>), ao menos até 1850, quando

<sup>58</sup> MATHEUS, *A produção*, op. cit.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem; GARCIA, op. cit.

<sup>61</sup> Em outra passagem, Helen Osório cita correspondência, de 1803, em que o novo governador da capitania do Rio Grande do Sul, Paulo da Gama, relata ao Ministro do Ultramar algumas políticas a serem adotadas em prol "destes miseráveis povos sacrificados à abominável ambição dos abastados estancieiros". OSÓRIO, *Apropriação da terra*, op. cit., pp. 83, 108 e 116-117.

a legislação para comprovar a propriedade rural foi alterada, embora o avanço dos grandes proprietários tenha continuado, mas sob outros termos<sup>62</sup>.

Esta concentração de recursos e poder fez com que os estancieiros fossem essenciais ao poder central ao longo do oitocentos. Como diversos autores já demonstraram, havia um limite ao poder do rei português e, depois de 1822, ao governo do Império do Brasil em impor seus ditames naquele espaço fronteiriço<sup>63</sup>. Mais: ambas as instâncias precisavam daqueles fazendeiros escravistas para legitimar seu poder, assim como para arregimentar tropas quando de conflitos com estados vizinhos. Como contrapartida, o Império atendia aos seus interesses (por exemplo, quando da reivindicação do retorno de escravos fugidos pela fronteira), inclusive entrando em guerras, legitimando, portanto, seu poder e a própria existência, estabilidade e reprodução da instituição escravista, a qual era essencial à produção pecuária.

## Bibliografia

ALADRÉN, Gabriel. “*Sem respeitar nem tratados*”: *escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835)*. Niterói: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado)

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado)

---

<sup>62</sup> GARCIA, op. cit.

<sup>63</sup> OSÓRIO, *Apropriação da terra*, op. cit., 1990; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Ri de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado); FARINATTI, op. cit.; OSÓRIO, *O Império português*, op. cit.; ALADRÉN, Gabriel. “*Sem respeitar nem tratados*”: *escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835)*. Niterói: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado); VARGAS, op. cit. Ver também: FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Niterói (UFF), vol. 8, n. 15, pp. 11-36, jul./dez. 2003; GOUVÊA, Maria de Fátima et al (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos – notas sobre uma fonte múltipla. Os inventários *post-mortem*, *Revista Arrabaldes*, n. 2, 1988.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*, Niterói (UFF), vol. 8, n. 15, pp. 11-36, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima et al (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1998 (Tese de Doutorado)

MARTINS BRASIL, Carlos Roberto. *Sesmarias em São Sebastião e Bagé: primórdios do povoamento*. Porto Alegre: Renascença, 2009.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

\_\_\_\_\_. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-c.1870)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ. (Tese de Doutorado – texto em fase final de redação)

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado)

\_\_\_\_\_. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *Cativeiro e dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: UFSC/PPGH, 2010.

TABORDA, Tarcisio Antônio Costa. *A Igreja de São Sebastião de Bagé*. Bagé: s/e, 1975.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de Charqueadas em Pelotas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado)

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.